

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Vol 1 (2) - 2016



Fazer a História do Estado Novo

Uma conversa com **Fernando Rosas**,
conduzida por **Luís Trindade**

Práticas da História 1, n.º 2 (2016): 203-223

www.praticadashistoria.pt

Fazer a História do Estado Novo

Uma conversa com **Fernando Rosas**,
conduzida por **Luís Trindade**

Fernando Rosas é professor catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi até há pouco tempo presidente do Instituto de História Contemporânea da mesma Universidade e é ainda conhecido pelo seu ativismo político, que vou resumir de forma breve porque é precisamente sobre isso que *não* vamos falar, porque quero começar a nossa conversa pelo momento em que Fernando Rosas se torna historiador. No entanto, é preciso dizer que, antes de se tornar historiador, Rosas tinha já um passado político na oposição ao Estado Novo, no Partido Comunista Português, primeiro, e depois, mais próximo do 25 de Abril, no MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado). Desempenhou várias tarefas militantes, entre as quais o jornalismo. Já depois do PREC (Processo Revolucionário em Curso), continuará a militar no MRPP até finais da década de setenta, e é aqui que começa a nossa conversa. Mais do que uma entrevista formal, procurei estabelecer com Fernando Rosas uma conversa, não discutindo de forma demasiado conceptual o seu trabalho historiográfico, mas procurando aproveitar o seu percurso enquanto historiador para levantar questões propriamente historiográficas, e questionar simultaneamente o campo historiográfico em Portugal desde os anos setenta até à atualidade.

* Fernando Rosas é professor catedrático jubilado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade.

Luís Trindade é professor no Birkbeck College – Universidade de Londres e investigador FCT no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

O ESTADO NOVO NOS ANOS 1980

Luís Trindade: *Pouco tempo depois de abandonares a militância política ativa, tornas-te responsável pela secção de História do Diário de Notícias. Queria que nos contasses como foi o início dessa relação com a História, se era um interesse que já existia, ou se foi uma forma que encontraste para continuares o empenhamento cívico que trazias da militância política de uma outra forma.*

Fernando Rosas: O que me levou para a História do Estado Novo foi a militância política. Foi tentar perceber uma questão que é também uma espécie de fantasma que me persegue até ao penúltimo livro que escrevi [*Salazar e o Poder*], que é: como foi possível uma ditadura daquelas durar meio século no século XX português? *Como?* Que factores históricos de profundidade, na estrutura económico-social, na mentalidade política, explicam a durabilidade do regime? Essa é uma grande questão. É uma grande questão que se punha a nós, jovens militantes. Como é que estes filhos da puta aguentam no poder? Com uma guerra colonial de treze anos, oposição, luta, combate, e passou a Segunda Guerra Mundial, e passou o Delgado, e passaram os treze anos de guerra colonial, e os gajos aguentam-se sempre. Tremem, mas aguentam-se. O que é que explica isso?

LT: *A questão da durabilidade do regime já estava presente nos anos 60, nos vossos debates?*

FR: A questão da durabilidade colocava-se do ponto de vista da reflexão sobre o período. É isso que me traz para a História Contemporânea. Eu primeiro fui para advocacia. Sou licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mas foi um equívoco, que se explica porque o meu avô era advogado. Eu tinha uma grande admiração política por ele, porque era republicano, reviralhista, também tinha sido perseguido por Salazar, e por isso foi uma espécie de padrão político da minha intervenção cívica – e era advogado. É preciso perceber que nos anos 60 *não havia* Sociologia Política, *não havia* Ciência Política nas universidades portuguesas, tudo isso era proibido, Salazar não autorizava. Por isso, na-

quela altura os advogados é que faziam política, ou seja, como não havia estudos superiores de Ciência Política, nem sequer de Sociologia Política, era a Faculdade de Direito que substituía essas funções. Desde a extrema-direita à extrema-esquerda: vocês tinham a Faculdade de Direito a formar os quadros da extrema-direita do regime, e tinham a Faculdade de Direito a formar o Álvaro Cunhal, o Mário Soares, o Arnaldo Matos, e por aí fora (o Arnaldo Matos, para quem não saiba, foi o líder e fundador do MRPP. Não era preciso dar esta explicação há 20 anos atrás, mas hoje...)

LT: *Tu vinhas do Direito e da militância política e comesas a escrever sobre História no Diário de Notícias. E a minha pergunta era essa: como é que aconteceu essa viragem para a História?*

FR: Foi o Mário Mesquita que me convidou. Eu abandonei a política organizada em 1979, mas depois ainda me pediram para representar o MRPP na Comissão Política da candidatura “democrática e patriótica” do general Ramalho Eanes, o que ainda fiz em 1980, mas já numa situação de alguma independência. E comecei nessa altura a escrever sobre o Estado Novo, aproveitando o facto de na Gulbenkian se ter feito uma grande exposição sobre o Estado Novo nos anos 40, cujos materiais ainda hoje são de referência para a História de Arte. Foi uma exposição que mobilizou o que se sabia nessa altura sobre o regime. O Joel Serrão, o José-Augusto França, o Oliveira Marques estiveram envolvidos. E houve um grande colóquio, com a exposição, e eu participei nesses trabalhos. Sentei-me lá, tomei a palavra, enviei uns artigos que foram publicados no *Diário de Notícias*, e a páginas tantas o Mário Mesquita perguntou-me se não queria coordenar a página de História de onde tinha saído José Freire Antunes, um historiador já falecido e hoje em dia um pouco esquecido, mas que nessa altura era conhecido como jornalista e historiador. Então convidaram-me para o substituir. E a partir daí...

LT: *Tu no Diário de Notícias só escreves sobre o Estado Novo?*

FR: Não. Escrevi também sobre alguns assuntos do século XIX. O que aconteceu é que quando eu saí da política meti-me em casa durante

dois anos a ler História. Sentei-me e disse: agora vou atualizar-me. Tudo o que saiu de novo. E então estive dois anos a ler afincadamente.

LT: *O que é que leste?*

FR: Tudo o que nessa altura eram as novidades da História Contemporânea. Li sobretudo sobre a História de Portugal, autores como Miriam Halpern Pereira, Vasco Pulido Valente, Manuel Villaverde Cabral, Manuel Lucena... Penso que ainda hei-de escrever um artigo sobre isso. A minha cultura historiográfica, no que diz respeito à História de Portugal Contemporânea, tem três referências fundamentais. Três “gurus”, embora nenhum deles hoje se reconheça naquilo que escreveu na altura. Em primeiro lugar, o Manuel Villaverde Cabral com *Portugal na Alvorada do Século XX*, que é um livro fundador.

LT: *Porquê?*

FR: Primeiro, porque era um livro que falava da História de Portugal do ponto de vista da luta de classes. Segundo, porque, pela primeira vez na historiografia doméstica, situava a crise agónica da monarquia constitucional no quadro mais geral da crise do liberalismo no ocidente.

LT: *Uma historiografia marxista, portanto.*

FR - Que era uma coisa que praticamente não existia. Quer dizer, os historiadores marxistas mais influenciados pelo Partido Comunista tendiam a fazer uma historiografia de acordo com as prioridades da unidade antifascista. Havia portanto um magma composto de todos aqueles que se opunham às ditaduras, aos absolutismos, mas que era uma sopa democrática donde se abstraía a luta de classes. Para um jovem como eu, no princípio dos anos 70, a descoberta da classe operária como sujeito histórico, e como sujeito histórico com um papel determinante na História Contemporânea, foi uma imensa novidade, porque havia democratas, havia unidade antifascista, havia liberais, a tal “sopa”, mas não havia classes. E a introdução da perspectiva da classe operária

como sujeito histórico e da luta de classes como dinâmica histórica, é trazida, pelo menos para a História Contemporânea, pela mão de autores como Villaverde Cabral.

Nessa altura ele tinha vindo de Paris e de Oxford com um projeto, que desenvolve com o Fernando Medeiros, que era o de fazer a história de luta de classes “à la Lenine”, ou seja, um pouco como aquele primeiro livro do Lenine sobre a sociedade russa [n.e., *O Desenvolvimento do Capitalismo Russo*]. Seria portanto a História da sociedade portuguesa desde o século XIX do ponto de vista da luta de classes. E ele começou por fazer aquele livro sobre o desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX, que nessa altura foi uma obra absolutamente iluminadora: de repente aparece a luta de classes, como se fosse uma visão! Era uma novidade absoluta, a leitura marxista da História de Portugal. Para a jovem geração de historiadores do meu tempo foi uma novidade absoluta. O livro é uma espécie de síntese interpretativa das origens do capitalismo português e do seu desenvolvimento no século XIX, e cuja leitura continuo absolutamente a aconselhar. Claro que hoje já há muito mais informação, o livro pode parecer uma aplicação um bocado esquemática do leninismo. Mas é um livro muito interessante, que abriu perspectivas inteiramente inovadoras, e que abre caminho para o *Portugal na Alvorada do Século XX*. E a *Alvorada do Século XX* é a crise da monarquia vista do ponto de vista marxista, um ponto de vista de classes. É isso que as torna obras fundadoras. E por isso são grandes influências para mim. Os outros dois autores são mais controversos.

LT: *Então vamos lá.*

FR: O segundo autor é o Vasco Pulido Valente. Mas este é o Pulido Valente da tese de doutoramento, em Oxford, *O Poder e o Povo. O Poder e o Povo*, que é a meu ver um livro notável, mostra um Pulido Valente com algumas reminiscências do marxismo. Umas reminiscências não: uma cultura. A cultura marxista nessa altura era hegemónica no meio académico.

LT: *No princípio dos anos 80...*

FR - Sim, mas atenção: isto são livros dos anos 70...

LT: *Tu estás a lê-los no início dos anos 80.*

FR – São livros editados a seguir ao 25 de Abril, na passagem dos anos 70 para os anos 80. Portanto, é aí nessa altura que eu os estou a ler. Primeira metade dos anos 80.

O livro do Pulido Valente tem vários motivos de interesse, mas há um ponto absolutamente essencial: é que destrói – com aquela “maldade” que caracteriza o autor – a visão mítica republicana maçónica da história da primeira república. Os heróis, o PRP, aquela rapaziada toda, para nos dizer uma outra coisa: atenção que a revolução republicana foi feita por muita gente menos pelo Partido Republicano. Os dirigentes estavam nos banhos de São Paulo, à espera que a carbonária tomasse o poder na rua. E isso é de facto verdade. Ou seja, o livro veio relançar também do ponto de vista das contradições sociais, da base social do republicanismo, esta questão. A República deixava de ser o ente mítico, libertador, que vinha fazer o milagre da multiplicação dos pães democráticos, para passar a ser mais um episódio da luta de classes em Portugal, em que o Partido Republicano faz aquilo que a pequena burguesia na Revolução de 1848 em França tinha feito: deixou o “maralhal” ir morrer para as trincheiras, e depois trepou-lhe às costas e instalou-se no poder. E isto é outra perspectiva inovadora que teve muita influência. E o terceiro...

LT: *...Deixa-me fazer uma pergunta ainda em relação a esta tua redescoberta da História da República: esta visão não feria um pouco o que era a tua memória pessoal e familiar do republicanismo?*

FR: Eu tinha essa memória pessoal e familiar, mas também tinha muito a noção de que o republicanismo tinha tido várias expressões políticas. Do ponto de vista familiar, o republicanismo do meu avô era um republicanismo abertamente anticomunista e conservador. Apesar

de ele ter sido perseguido pelo Salazar e preso, de ter sido um homem ligado ao Henrique Galvão, de ter lutado, lutado mesmo, de armas na mão contra a ditadura, de se ter batido nas barricadas do 7 de Fevereiro [de 1927] aqui em Lisboa, apesar disso era um Alvarista, um homem que vinha do partido de Álvaro de Castro e que depois se encostou à oposição mais conservadora.

LT: *Que nunca tinha sido a tua, de qualquer forma...*

FR: Que nunca tinha sido a minha. Quer dizer, a minha atividade social como estudante de esquerda radical deixava-me perceber que entre os advogados oposicionistas da Baixa e os estudantes radicais das universidades havia um mundo de diferenças. E agora achava muito interessante estar a perceber que essas diferenças radicavam numa história que estava a descobrir ao ler esses livros.

Bom, e a terceira fonte inspiradora, esta já de quando eu comecei a entrar na História do Estado Novo, foi o primeiro volume dos livros do Manuel Lucena *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. Devo dizer-vos uma coisa: o Manuel Lucena escreveu este livro ainda no exílio, em Itália, sem acesso a fontes dos arquivos portugueses, porque não podia vir cá. Escreveu o livro com base na legislação disponível e na sua intuição. E é um livro *notabilíssimo*. E a visão que eu desenvolvi sobre a natureza social do Estado Novo é totalmente tributária dos estudos do Manuel Lucena sobre a natureza do Estado Novo. É um escrito gramsciano, como o próprio disse. Uma análise de classes do fascismo como realidade compósita, quer dizer, uma espécie de aliança de várias fracções de classe em torno de um regime de força que era chamado a desempenhar fundamentalmente duas funções: esmagar o movimento operário e regular a economia em nome da burguesia no seu conjunto. Esta visão, que o Manuel Lucena abordou intuitivamente como tese no seu livro, é a tese que eu procuro demonstrar no primeiro livro que escrevi. É essa. Procurei demonstrá-la intrinsecamente, através da investigação da economia e da sociedade portuguesa dos anos 30.

E estas são as três bases donde parti.

LT: *Retomando o teu percurso, estamos no início ou meados dos anos 80. Tinhas deixado de ter atividade política direta e constante há uns anos. Tinhas-te entretanto aproximado da História e escreves duas teses até ao final da década, a de mestrado e a de doutoramento, que de algum modo fundam a historiografia do Estado Novo. Relendo-as hoje, fica claro que procuravas um compromisso entre a História Política e a História Económico-Social.*

FR: Não há um compromisso. Há uma dialética. Quer dizer, nem a nova História Política, como a que faz a prof. Fátima Bonifácio, onde tudo se resume a acontecimentos e personagens políticos mais ou menos relevantes (uma História Política como uma espécie de intriga jornalística de personagens onde normalmente levam a melhor os mais inteligentes), nem a desvalorização do político e do pessoal político que reduz tudo aos seus interesses imediatos. Quer dizer: a estrutura económico-social, as classes, os condicionamentos estruturais económico-sociais são a circunstância da política, e são a circunstância em que se exerce a política e que a enquadra e sobredetermina. Sobredeterminação é um termo que agora já não se usa, não é?

LT: *Pode portanto dizer-se que essa sobredeterminação do económico-social sobre o político é uma forma de regressar à política tornando-a mais complexa.*

FR: Claro. Há política mas esta é uma política que resulta de circunstâncias estruturais, económico-sociais, e que não pode normalmente fugir dessas circunstâncias de ordem estrutural. Eu quando escrevi este livro [*O Estado Novo nos Anos 30*], que é o meu livro mais tipicamente estruturalista (o estruturalismo estava nessa altura na moda), lembro-me que tive uma conversa com um colega espanhol que me disse: “Eu gostei muito do teu livro, mas tem um problema: onde é que estão as pessoas?” De facto, neste livro tudo são estruturas, não é? É um livro que segue uma abordagem marxista da realidade, mas do ponto de vista das estruturas, das forças económicas, dos grupos sociais, dos interesses... É uma espécie de construção de um cenário.

SUJEITOS HISTÓRICOS, CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS

LT: *Por um lado, Salazar nunca foi, pelo menos nesta fase, uma prioridade para ti. Quer dizer, a figura do Salazar em si, enquanto agente político autónomo.*

FR: A figura do Salazar era uma preocupação. O que era importante era desmistificá-lo, à figura do Salazar e ao salazarismo. O Salazar enquanto chefe de regime é uma personagem importante. Trata-se de um caso histórico em que a personagem tem importância pessoal. Quer dizer, os personagens têm uma importância própria determinada, mas nunca fora das circunstâncias históricas que os determinam como agentes. Nessa época, este livro reagia ao reaparecimento do salazarismo pela pena do Franco Nogueira e dos memorialistas do Estado Novo, como uma espécie de *deus ex machina*.

LT: *Querias colocar o Salazar dentro da estrutura económico-social que descrevias...*

FR: Exatamente. Dentro do circunstancialismo estrutural que condicionava a política portuguesa dessa altura.

LT: *O que te leva então, dando agora um salto cronológico, a escrever um livro centrado na figura do Salazar como este mais recente que publicaste?*

FR: Senti que era altura então de regressar à criatura, mas não de um ponto de vista biográfico e menos ainda hagiográfico. Escrevi um livro sobre a longevidade política do regime salazarista. Esse é o tema do livro. Por isso ele tem como subtítulo “a arte de saber durar”. Mas longevidade num regime que se caracteriza por ter um chefe com um peso pessoal específico muito grande. Trata-se de um regime em que o papel pessoal do chefe é incontornável. Se o atentado de 1938 tem morto o Salazar, o fascismo não caía, mas provavelmente tinha tido outro destino.

LT: *Tu lembras-te de já ter esta leitura nos anos 80? Ou seja, nos últimos 20 anos houve uma viragem para a história política e o recentramento de alguma historiografia no indivíduo. Esta tua abordagem à figura do Salazar faz parte desse recentramento ou isto é algo que tu já consideravas naquele teu momento mais estruturalista?*

FR: Esse recentramento não tem nada a ver com os pressupostos com que eu faço História. Normalmente, o recentramento no político vem da nova História Política e desse pós-modernismo reaccionário que se instalou (estou a dizer isto de propósito) acerca do discurso historiográfico. Vamos lá ver uma coisa: o político tem de se compreender, do meu ponto de vista, na sua dialética com o económico-social. Por exemplo, há quem defenda que se pode fazer uma História que os seus autores chamam “dos debaixo”, onde tudo o que é político é social. Neste caso, o Estado Novo nem sequer tem interesse como regime político porque é uma “ideologia pendurada numa cronologia”, e portanto não tem uma existência própria. É uma espécie de epifenómeno político “pendurado numa cronologia”. Para esses, o que interessa é a História que se faz cá em baixo, a História autónoma. E eu gostava de dizer que “os de baixo” percebiam muito bem a importância do político, a importância de haver ou não haver, por exemplo, sindicatos livres, de haver censura à imprensa ou haver liberdade de expressão, de haver possibilidade de constituir partidos políticos ou destes serem proibidos. E isso é o político. Tentar fazer a História dos debaixo evacuando a política como mera ideologia pendurada numa cronologia é não perceber. Trata-se de uma visão idealista de sinal contrário relativamente ao discurso idealista da nova História Política – em que a política é uma espécie de jogo de salão de personagens ilustres que se vão cruzando entre si. A História dos debaixo tem de ser feita em articulação com a política e com a História do Estado, porque a relação que se estabelece entre ambas é dialética. E foi nesse sentido que eu abordei o problema da durabilidade do regime. Eu não penso, como alguma historiografia de esquerda mais recente, que a questão da natureza política do regime, se o Estado Novo foi uma variante histórica do fascismo ou não, seja um problema irrelevante. *Não é!*

LT: *Deixa-me colocar-te uma outra questão no contexto da escrita das duas teses. Tu não sentiste a tentação, quando escolheste os temas, de fazer uma História da resistência? Dizes que os autores que mais te influenciaram tinham trazido para a agenda historiográfica a questão da luta de classes e evidentemente a resistência tinha sido uma dimensão do Estado Novo na qual tu tinhas participado, e à qual serias seguramente sensível. Por outro lado, não te parece que a preocupação em estabelecer o edifício da hegemonia económico-social do Estado Novo te levou de alguma forma a suavizar precisamente a luta de classes e a resistência nesses dois livros?*

FR: Não. Eu falo bastante dos efeitos sociais da guerra, e a primeira análise de um momento grevista (das greves dos anos 40) que é feita na História de Portugal sobre os efeitos da guerra é feita por mim nesse livro.

LT: *Mas só no capítulo 3, ou seja, como uma espécie de reação, e não como pressuposto, porque o pressuposto é o Estado.*

FR: Sim, mas vamos lá ver: o discurso sobre as oposições e a resistência fora do contexto da compreensão da natureza económica e social do Estado Novo é uma História moralista. É uma História de heróis e de resistentes. Foi nisso que eu fui educado. A resistência, a unidade antifascista, tudo isso está muito bem, mas eu já sabia. Agora, é preciso saber a natureza, as divisões, as características, as dissidências que marcavam a oposição no contexto da natureza económica e social do regime contra a qual ela se fazia. É por isso que eu acho que trabalhos recentes sobre a História do Partido Comunista, como os do João Madeira e os do José Pacheco Pereira (os volumes sobre a biografia do Álvaro Cunhal) beneficiaram, no seu aparente atraso, de um conhecimento historiográfico aprofundado sobre a natureza económica e social da sociedade em que atuavam e sobre a influência que isso tinha na cultura e nas divisões das várias oposições ao regime. Portanto, em vez de fazer um discurso unitário-moral sobre a oposição, há um discurso sobre as oposições, contextualizado nas suas grandezas mas também nas suas misérias.

O que era preciso era perceber o que é que fazia durar este regime. Qual a sua natureza económica e social, que lhe emprestava certas características que tornavam tão difícil à oposição deitá-lo abaixo. Essa era a questão. Era por aí que se tinha de começar. Não sei se com o que eu escrevi se ficou a perceber melhor ou pior, mas na minha cabeça ficou a perceber-se melhor, e isso permitiu-me, quando escrevo a *História de Portugal* logo a seguir, falar sobre a História da oposição de uma forma mais fundamentada. Lembro-me que quando a *História de Portugal* saiu, o doutor Álvaro Cunhal fez uma série de críticas à minha visão do papel do Partido Comunista na História da oposição. Claro que tudo é criticável. Eu próprio não penso exatamente o que pensava nessa altura. O meu pensamento também evoluiu. Agora, há uma coisa que é verdade: em vez de contarmos a História moral da oposição, onde não há luta nem contradições de classe, onde não há luta ideológica, etc., o que é absolutamente determinante para se perceber as dissidências da oposição é o conhecimento da natureza da sociedade onde o regime repousava e até as contradições dentro do próprio regime

Por exemplo, e termino com isto, as eleições presidenciais de 58. Sem se perceber que o regime vivia nessa altura um fraccionamento brutal entre a ala ultramontana de Salazar e a ala reformista de Marcelo Caetano, não se percebe nem a candidatura do general Delgado, que joga no diálogo para uma transição pacífica com os reformistas, nem em certo sentido o desvio de direita do Partido Comunista, que vai também por esse caminho. O desvio de direita do Partido Comunista está muito próximo desse tipo de abordagem. Mas isso não se percebe sem compreender a desestruturação interna do regime, que vinha do desenvolvimento industrial, daquilo a que eu tenho chamado as modificações invisíveis do país: industrialização, terciarização. O país está a mudar e o regime não quer tirar conclusões políticas dessa mudança. E isso reflete-se na oposição. Se nós não percebermos as transformações do capitalismo, das classes, da formação de um proletariado industrial moderno nos grandes centros urbanos, não percebemos o comportamento das oposições nessa conjuntura.

LT: *Percebe-se bem a linhagem no trabalho de Villaverde Cabral. Em certo sentido estamos a fazer a História do capitalismo português durante o Estado Novo. De que é que te acusaram alguns historiadores comunistas em relação aos problemas inerentes a essa abordagem historiográfica?*

FR: Dos meus colegas historiadores próximos do Partido Comunista não recebi nunca muitas críticas. Pelo contrário, as observações que me fizeram foram relativamente amigáveis. O Partido Comunista nessa altura reagiu mal à forma como eu abordava o seu papel na oposição. E achavam que eu falava pouco do Tarrafal, que, propositadamente e animado de um *animus conspirandi*, como se dizia em Direito, contra o papel histórico do Partido, o diminuía relativamente ao MUD [Movimento de Unidade Democrática] e ao MUNAF [Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista]. Era sobretudo essa História dos anos 40 que causava perturbação e eu tenho a impressão aliás que esse foi bastante o sentido das críticas que o doutor Álvaro Cunhal dirigiu ao meu trabalho. Mas da corrente historiográfica de alguma forma ligada ao Partido Comunista, de camaradas meus de profissão que estivessem politicamente próximos do Partido Comunista, a notícia que eu tenho é que eles até me defendiam em reuniões do partido em que eu era atacado. Não tenho nenhuma razão de queixa.

LT: *Vamos avançar um pouco. Tu publicas o Estado Novo nos Anos 30 em 1986 e Portugal entre a Paz e a Guerra em 1990. E, depois, o volume sobre o Estado Novo na História de Portugal dirigida por José Mattoso, que é uma coleção de grande impacto e que vai dar uma grande visibilidade à historiografia do Estado Novo, menos de 20 anos após o 25 de Abril. Isto parece-me bastante notável e algo que merece ser pensado e debatido. Nessa altura, tornas-te várias coisas, e era sobre isso que eu queria falar agora. Tornas-te, antes de mais, numa figura pública como historiador do Estado Novo. E comesças a formar escola, digamos assim. Começas a ter muitos orientandos de mestrado e de doutoramento a trabalhar contigo e a desenvolver aquilo que tu tinhas de alguma forma iniciado com as tuas próprias teses de mestrado e de*

doutoramento. Tinhas uma ideia clara sobre o modo como a historiografia do Estado Novo se devia desenvolver? Como é que essa ideia influenciou a relação que estabeleceste com os vários jovens historiadores que se aproximaram de ti?

FR: Por acaso tinha uma ideia muito precisa. Achava que se devia agir em três frentes. Reforçando a componente curricular na licenciatura, desde logo. O que aconteceu. Antes desse desastre científico e pedagógico regressivo que foi a reforma de Bolonha, a História do Século XX Português chegou a ser uma cadeira anual de licenciatura. Depois, mobilizando os melhores alunos da licenciatura para um curso de mestrado centrado na História do Século XX – que na altura ajudei a conceber e criar – com um perfil de estudos avançados, onde se formou boa parte do que há de melhor na geração de historiadores que hoje está aí na maturidade. Finalmente, havia que consolidar esses trajetos e projetá-los na academia e no país através da organização da investigação. Para tal, terceiro passo, ajudei a fundar, em 1990, o Instituto de História Contemporânea (IHC). Foi, e tem sido, uma escola de formação, de experiências, de projetos partilhados, mas não no sentido de um “pensamento único” ou de uma “seita”. Dessa escola saiu muita gente com muita qualidade mas com diversas orientações historiográficas. Hoje, o IHC é uma grande casa plural reunida em torno de uma ideia global de preservação da memória, de divulgação da História, e de aprofundamento científico da disciplina, realizada, naturalmente, por caminhos diversos.

Tenho a veleidade de pensar que boa parte do quadro dos docentes e investigadores que hoje sustenta no país o ensino e a investigação em História Contemporânea se formou, de alguma forma, neste campo historiográfico. É claro que há outros, a realidade da História Contemporânea tornou-se complexa, muito diversificada. Mas este tornou-se uma referência.

LT: *Agora uma questão mais prática. Começas a dedicar-te à História já com mais de 30 anos, não tinhas feito uma licenciatura em História.*

Como é que aprendeste a ser um professor de História, e depois um pouco mais tarde a ser orientador científico?

FR: Eu aprendi a comunicar na política, a falar em público nos comícios, nas reuniões no liceu, na pró-associação dos liceus. E aprendi a relação muito especial que o orador tem que ter com o público. O orador tem que sentir se o público o está a acompanhar ou não, e isso é muito importante para um professor que não vive só de meter bonecada na parede para a malta se entreter. Sou um professor em cuja formação a oralidade foi uma coisa importante.

E a História foi o curso que eu devia ter feito... ou talvez ainda bem que não fiz a licenciatura em História logo no princípio, sabes? Porque o curso de História antes do 25 de Abril era uma coisa repugnante. Tinha desaprendido tudo, tinha entrado numa depressão enorme e tinha abandonado o curso. Ainda bem que eu só fui para a História depois do 25 de Abril, quando tudo mudou radicalmente. O curso de História antes do 25 de Abril – uma História filosófica – era uma coisa sinistra.

Mais tarde tive grandes mestres em História, porque apesar de não saberem muito do Estado Novo (a não ser coisas de cultura geral) eram grandes historiadores. O professor Joel Serrão, por exemplo, a quem continuamos a dever uma homenagem. Joel Serrão morreu com Alzheimer. Morreu portanto dez anos antes de morrer, e a comunidade científica nunca lhe prestou a homenagem que ele merece como grande historiador do século XIX e da contemporaneidade. E tive também o professor Oliveira Marques, o professor Vitorino Magalhães Godinho. Eram grandes historiadores, na época, historiadores enciclopedistas. Sabiam de tudo um pouco. E foram eles que nos ensinaram a História e sua metodologia. Trabalhando, falando connosco. Íamos aprendendo. Nessa altura também havia menos alunos e portanto era possível uma relação mais personalizada. Isso ainda é do meu tempo: ainda pude ter essa relação com alunos. Mais tarde, quando comecei a ter turmas do 4.º ano (quando havia 4.º ano) com 90 alunos, tudo se tornou mais difícil.

Mas aprendi assim: lendo, comparando, escrevendo, errando, corrigindo. E aprendi com grandes mestres, grandes historiadores, grandes personalidades da História, que nos ensinavam a fazer História com os livros que escreviam, pela forma como abordavam nas aulas os problemas, pela forma como nos orientavam nos nossos trabalhos. Devo-lhes tudo. Só não lhes devo o entusiasmo com que entrei na História Contemporânea, o interesse que sempre tive por ela. Quando cheguei aqui já tinha lido tudo o que havia para ler. Ou o que achava que havia para ler, o que *sabia* que havia para ler. Entrei no primeiro curso de mestrado de História Contemporânea das universidades portuguesas, aqui, na nossa faculdade [FCSH]. Fui o primeiro mestre de História Contemporânea do país. E nessa experiência adquiri a convicção de que precisávamos de dois instrumentos fundamentais: um mestrado especializado, para *formar* os alunos que vinham da licenciatura com interesse científico no aprofundamento das questões; e um Instituto de Investigação. Isto era, *e foi*, essencial; convenci o professor Oliveira Marques a criar um mestrado de História do Século XX, que foi uma coisa que causou para aí uma fricção enorme.

LT: *Ainda estávamos em pleno século XX...*

FR: Exatamente. Fez-se então um mestrado em História Contemporânea, secção de Século XIX e secção do Século XX, fundamental para criar o campo. Era preciso criar um campo historiográfico e para tal eram necessários estudos especializados. E foi isso que se fez com o mestrado de história contemporânea, foi um instrumento essencial. *Essencial*. Nessa altura havia poucos mestrados e as pessoas começaram a chegar às catadupas. Havia dezenas de candidatos ao mestrado. Quarenta, cinquenta, sessenta candidatos num só ano. E nós só admitíamos quinze.

E é dali que vai sair esta brilhante geração de historiadores que aqui está hoje. Tenho noção absoluta que aquele mestrado especializado na História do Século XX, bastante exigente, e com uma duração de dois anos, foi uma formação de pós-graduação essencial à formação de uma nova geração de historiadores.

A ABERTURA DO CAMPO DA HISTÓRIA DO SÉCULO XX

LT: *Para situar um pouco a tua estratégia: havia um mestrado que começa a produzir novas teses sobre o Estado Novo e ao lado um Instituto de História Contemporânea (IHC) com um papel mais ligado à divulgação.*

FR: A ideia era exatamente essa: criar uma pós-graduação especializada no século XX que formasse uma nova geração de historiadores especializados. E o mestrado devia desempenhar essa função, complementado com o IHC na divulgação. O IHC não nasceu como instituto de investigação mas como instituto de divulgação. Porquê? Antes de mais, porque quando se fundou o IHC em 90-91 não havia Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Por outro lado, tinha de haver uma articulação entre investigação e divulgação, porque não se dava o século XX nas escolas. Os professores que ensinavam História de Portugal não tinham tido formação na História do Século XX, e portanto era fundamental dar-lhes essa formação não só através dos cursos de formação do IHC, como também atraindo-os para o mestrado, onde se especializariam. E há um terceiro elemento, que é o ramo de formação educacional. As professoras Maria Cândida Proença e Raquel Henriques pegavam nos licenciados e colocavam-nos em núcleos de estágio nas escolas, com a formação que tinham recebido, quer a nível do instituto, quer a nível do mestrado. E foi isso que permitiu criar uma nova geração de professores do ensino secundário preparados para lecionar a História do Século XX. Essa articulação mestrado-IHC-ramo de formação educacional teve nessa altura um grande sucesso.

LT: *Há ainda uma terceira ferramenta nesse esforço que é a revista História, que dirigiste, e que também desempenha um papel importante na divulgação. A tua visibilidade, por outro lado, leva-te a entrar nalguns debates e polémicas que queria que recordasses. Uma delas foi interior à academia: foi o debate sobre a natureza do Estado Novo, a discussão em torno do Estado Novo ter sido ou não um fascismo; a outra polémica foi pública e teve maior impacto, sobre o arquivo da PIDE. Esta segunda pode considerar-se uma batalha ganha porque se tratava de saber se os processos de antigos resistentes poderiam ou não ser postos à disposição da comunidade historiográfica.*

Podes recordar um pouco esses combates, numa altura em que se estava a tentar formar um campo, e portanto a delimitar as fronteiras e as regras?

FR: A polémica dos arquivos foi absolutamente essencial. Não haveria hoje investigação de História Contemporânea *como há*, no campo do século XX, sem termos ganho essa batalha. Em relação a dois arquivos, aliás. O arquivo da PIDE e o arquivo Salazar, que estavam fechados e que foi preciso travar uma grande polémica pública para os abrir e pô-los à disposição dos investigadores de acordo com uma Lei de Arquivos razoavelmente generosa em termos europeus. Não impede que haja ministérios e departamentos oficiais com regras um pouco mais rigorosas, mas, de qualquer maneira, a nossa Lei de Arquivos é razoável e tem funcionado sem grandes queixas. As queixas que há são de não haver pessoal para dar despacho aos pedidos. Agora, isso foi para o arquivo da PIDE, que foi aberto, e para o arquivo do Salazar, que foi colocado finalmente na Torre do Tombo, também à disposição. Depois havia coisas que nós nem sequer sabíamos que havia.

LT: *E que se foram descobrindo.*

FR: Nós já trabalhávamos com arquivos históricos anteriormente: o arquivo-histórico de Obras Públicas, o arquivo-histórico do Ministério das Finanças e vários outros núcleos arquivísticos. Mas concentrar tudo na Torre do Tombo, sujeito a um regime único e claro de acesso, foi muito importante. Foi com a abertura da Torre do Tombo que se iniciou uma política de arquivos. E, portanto, a polémica dos arquivos foi muito importante nesse contexto. Mas ainda há problemas importantes por resolver, sobretudo em arquivos privados. Arquivos importantes como o da Igreja Católica ou o do Partido Comunista. Mas com o tempo e com a renovação das pessoas há de haver uma solução para esses também.

LT: *E o debate sobre a natureza do regime...*

FR: O debate sobre a natureza do regime continua, não é? Devo dizer, aliás, que estou a preparar um livro sobre isso, mas será no quadro de uma perspectiva histórica comparada.

LT: *Mas procurando ligar este assunto à nossa conversa de há pouco: parece-te que o facto de teres iniciado a tua investigação sobre o Estado Novo pelo campo económico-social e não, por exemplo, pela História Política e institucional, contribuiu para a tua convicção de sempre de que o Estado Novo foi um regime fascista?*

FR: Sim. Na altura em que estudava sobretudo a História Económica e Social do Estado Novo tinha essa convicção sempre muito arreigada. Escrevi, aliás, sobre isso, nessa altura. Mas é claro que parti para este debate pelo facto de ter estado duas vezes preso, de ter sido perseguido, de ter entrado na clandestinidade. Porra, se aquilo não era um regime fascista, o que era um regime fascista? Mas acho sobretudo que essa polémica se manterá em aberto até porque hoje há os novos contributos da História “de baixo”, que também acha que esse problema não é importante, que é uma questão secundária.

O HISTORIADOR E A POLÍTICA

LT: *Gostava de falar ainda sobre o Bloco de Esquerda (BE). Não sobre o BE hoje, mas como um episódio da tua carreira. Em 1999 é criado o Bloco, tu tornas-te dirigente e a tua visibilidade pública desvia-se de algum modo da historiografia para a política. Isso faz sentido tendo em conta todo o teu percurso, como fomos vendo aqui, onde ambos os pólos, o político e o historiográfico, sempre estiveram bastante presentes. Queria que nos fizesses um balanço do que achas ter sido o impacto da tua militância no BE enquanto deputado, candidato à presidência da República e dirigente do partido para a tua carreira historiográfica e figura pública enquanto historiador.*

FR: Em relação à minha figura pública não sei dizer. Não quero ser eu a avaliar isso. Agora, quando se fundou o Bloco de Esquerda, eu fui convidado pelos fundadores para ser o líder. Olha só no que me tinha metido... Portanto, queriam que eu fosse o coordenador da coisa.

LT: *Seguramente porque eras um historiador reconhecido, não?*

FR: Talvez. E eu não aceitei porque entendi que a minha participação na política em nenhuma circunstância se devia fazer em prejuízo da minha ati-

vidade principal, que eu sempre considerei ser a de professor e historiador. Sempre achei isso. Enquanto fui deputado nunca deixei de dar aulas (aliás graciosamente), não recebi ajudas de custo, como o primeiro-ministro [Pedro Passos Coelho], e portanto continuei sempre a trabalhar na Faculdade. Nunca deixei de orientar mestrados, teses e nunca deixei de publicar livros. Sempre me considerei um cidadão com uma profissão, que era a de professor e historiador, e que também tinha interesses políticos. Ou seja, um cidadão com uma profissão e com uma intervenção política e social. Sou absolutamente contra a ideia do *clerc*, que tem de se abster de fazer política. Totalmente contra. Acho que isso, aliás, é algo sinistramente reacionário. Eu acho que um cidadão é um cidadão que tem interesses políticos, tem posição política, tem opinião crítica sobre a sociedade e sobre o mundo, e *deve intervir* na medida em que entende que é capaz de o fazer. E eu intervim como deputado do BE. Hoje já não sou deputado nem tenho a atividade política que já tive, mas a minha relação com a política não se alterou em nada. Acho que sou um professor, investigador, um escrevinhador da História, mas isso em nada é incompatível com o exercício da minha cidadania política e das escolhas políticas que eu tenha que fazer. E não só acho isso normal como *salutar* para a cabeça. Quer dizer, esses tipos que se convencem que são académicos puros e fechados, acabam sempre mal. Acabam sempre a fazer a pior política possível.

As pessoas têm a sua profissão, procuram fazer o melhor possível na sua profissão, mas são cidadãos. Que escolhem, que têm opinião política, que intervêm e combatem. ‘Ah, mas a imparcialidade,’ A imparcialidade não existe em História. Ponto final, parágrafo. As pessoas transportam para a História aquilo que é a sua maneira de estar no mundo, de estar na vida, de estar nas coisas. Portanto, não há História objetiva. O que há é História cientificamente correta. Ou seja, o que há é História feita de acordo com os padrões da profissão. Agora, História sem opinião, *não há*. História sem a projeção da nossa subjetividade enquanto entes culturais, entes sociais, a projeção disso sobre a maneira como vemos as coisas, não existe. Existe História feita com *rigor* metodológico e profissional. Mas a História pairando asséptica sobre os conflitos sociopolíticos do mundo, isso é uma treta a que a historiografia mais conservadora, sobretudo, costuma recorrer para fingir que faz História imparcial.

LT: *E a minha última pergunta é sobre o que estás a fazer agora.*

FR: Agora estou a fazer uma série para a televisão. Uma série histórica que se chama *História à História*, com 13 episódios que vão começar em Outubro e que neste momento me ocupam 95% do tempo porque descobri que filmar dá um trabalhão *muito* maior do eu julgava [n.e., a série foi transmitida pela RTP entre Outubro de 2014 e Janeiro de 2015].

LT: *Podes falar-nos um pouco de alguns dos episódios?*

FR: A ideia é contar a História a partir de sítios. O primeiro episódio é sobre a Rua do Arsenal, que viu matar-se o rei, proclamar-se a República, vencer-se o 25 de Abril, matar-se o António Granjo no corredor do Arsenal. Ou seja, a Rua do Arsenal reúne quase toda a História contemporânea portuguesa do século XX. Falar dela é falar dos sítios onde ocorreram acontecimentos ao longo de quase todo o século. Mas não é só sobre história contemporânea. A ousadia é essa. Vou falar dos naufrágios, a partir de um naufrágio muito conhecido, que se dá no forte de São Julião da Barra, para falar do processo de acumulação da burguesia em Portugal. Nesse episódio iremos do ciclo da pimenta ao ciclo do ouro do Brasil para acabar a reabilitar o Marquês de Pombal... Nisso eu sou muito republicano, Pombal é um homem importante e muito mal estudado na nossa historiografia. Vou fazer ainda um episódio sobre as fugas das cadeias políticas, outro sobre a Grande Guerra.

Referência para citação:

Rosas, Fernando. "Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas." Por Luís Trindade. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 2 (2016): 203-223.